



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638452 - SP (2021/0000876-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : MURILO FRANCA PALIM
ADVOGADO : MURILO FRANÇA PALIM - SP364265
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THAISA CAMPOS DA COSTA (PRESO)
CORRÉU : LUZIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
CORRÉU : RENATO FERNANDO DE ANDRADE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THAISA CAMPOS DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0021641-87.2013.8.26.0196).

A paciente foi condenada às pena de 5 anos de reclusão e de multa em regime inicial fechado, pela prática do crime de tráfico de entorpecentes.

Inconformadas defesa e acusação interpuseram recurso de apelação, tendo o recurso ministerial sido parcialmente provido para redimensionar a pena da sentenciada para 5 anos e 10 meses de reclusão, mantidos os demais termos do édito condenatório, determinando-se a expedição de mandado de prisão em seu desfavor.

O impetrante sustenta que a custódia da paciente seria ilegal, tendo em vista que seria mãe de 3 crianças menores de 12 anos, de quem seria responsável, exclusivamente, o que ensejaria a concessão da prisão domiciliar.

Aduz, ainda, que seria cabível a mitigação do regime para o semiaberto, ante o preenchimento dos requisitos necessários.

Requer, liminarmente e o no mérito, a concessão da prisão domiciliar ou a mitigação do regime inicial para o semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Inicialmente, no tocante ao pedido para a prisão domiciliar, verifica-se que a matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.CUSTÓDIA PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. FILHO COM DEFICIÊNCIA. HC COLETIVO N. 143.641/SP DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.ARTS. 318-A E 318-B DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA. PRISÃO DOMICILIAR PELOS RISCOS DA COVID-19. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A questão referente ao pedido de prisão domiciliar com base nos riscos da pandemia do Coronavírus, não foi analisada pelo Tribunal de origem, o que atrai a indevida supressão de instância.

5. Recurso não provido. (RHC n. 131.336/RJ, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ademais, no tocante ao regime inicial, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente